

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAÇÃO DOCENTE COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CONSCIENTE, EM UM DISTRITO DE CAMPO FORMOSO, BA

Diana de Souza Carvalho (1); Jacineide Barros Celestino (1); Sumaia Almeida Ramos (2);
Marineide Souza Carvalho Cruz (3); Severino Cirino de Lima Neto (4)

(1) Discente do curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal da Bahia, dianasous@gmail.com (2)
Discente do curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal da Bahia, sumaiaramos.math@gmail.com (3)
Discente do curso de Agropecuária do IFBaiano Campus Senhor do Bonfim (4) Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Ensino em Matemática da Universidade Federal do Vale do São Francisco, cirino.lima@univasf.edu.br

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e uso excessivo dos recursos naturais têm sido tema recorrente em discussões em congressos e encontros acadêmicos, sobretudo após desastre ocorridos que sugerem aumento dos padrões globais de temperatura e perda da cobertura vegetal. Trabalhos científicos voltados à temática expõem ideias de atividade que conscientize o público que está em processo de formação, seja no ensino básico ou no ensino superior (CORRÊA, et al., 2014). Os recursos naturais são limitados e devem ser usados de forma sustentável, sem comprometer o equilíbrio necessário à sua manutenção.

Considerando a importância do contexto educacional como mola propulsora para a formação de indivíduos conscientes de seu papel na formação de uma sociedade sustentável, este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento do perfil do estudante da educação básica do distrito de Lages dos Negros, município de Campo Formoso, Bahia, usando como comparativo a formação dos docentes daquela localidade, inferindo que a realidade daqueles indivíduos segue um padrão regional e, certamente, nacional.

Em muitas situações em escolas distritais, percebe-se a falta de organização por parte da escola com relação ao compromisso em ofertar uma formação crítica aos alunos sobre a temática sustentabilidade ambiental e mudanças nas estruturas naturais globais causadas pelas atividades antropogênicas. Tal comportamento não é atípico, é uma realidade em escolas públicas do nosso país.

O debate sobre as mudanças nos padrões do clima e alterações do comportamento ambiental é importante desde a fase inicial da formação da criança, uma vez que elas são e farão parte da geração futura, que precisa de recursos naturais disponíveis para uma vida saudável (DILL, 2008; LISBOA, et al., 2011). Além disso, é mais fácil construir um pensamento crítico sobre tal

temática naqueles que são o futuro do planeta, do que modificar crenças já estabelecidas sobre o desenvolvimento pautado no uso desenfreado dos bens que a natureza oferece.

Para tanto, há a necessidade de profissionais habilitados na área, para que a discussão dessa temática seja feita de forma adequada e gere resultados positivos e sólidos. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de criar-se cursos voltado para educação ambiental, especificamente. Incluí-la como disciplina em alguns cursos já não causa expectativas por parte daqueles que assumiram a bandeira de defensor do meio ambiente (DIAS, 2003).

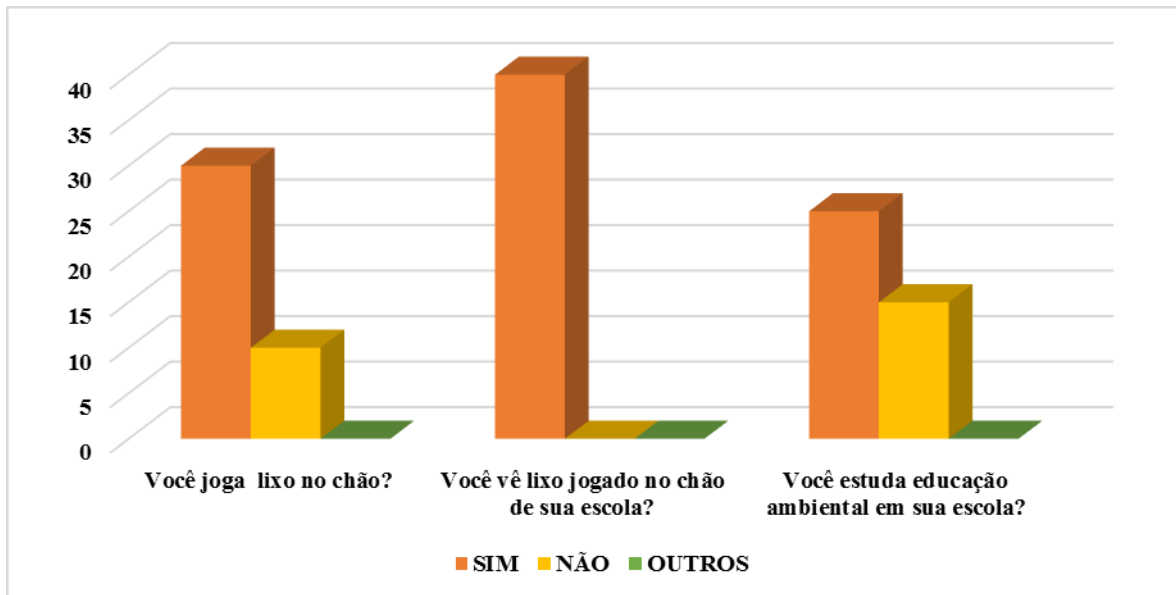
Mesmo com a oferta de curso de especialização na área específica de educação ambiental, poucas escolas têm professores especializados na temática, influenciando na qualidade do ensino desta disciplina. Tal realidade está presente em boa parte das escolas públicas e, não é diferente no distrito de Lages dos Negros, município de Campo Formoso ao norte da Bahia.

O distrito conta com sete escolas, sendo cinco escolas do ensino fundamental I (entre elas, uma é quilombola); uma escola do fundamental II, com uma média de 700 alunos; e, por fim, uma escola do ensino médio, que funciona numa extensão da Escola Estadual Professora Luzia de Freitas (sede de Campo Formoso). Essas escolas, que atendem ao ensino infantil, ensino fundamental I e II e Ensino Médio, conta com um grupo de professores formados em diversas áreas, de acordo com a necessidade das disciplinas ministradas. Embora haja a presença de professores de diversas áreas, há àquelas que são priorizadas, como é o caso de português e matemática, consideradas disciplinas prioritárias no currículo dos estudantes (OLIVEIRA e PAES, 2008).

As disparidades na formação para uma educação pautada na construção de mentes críticas e conscientes dos seus direitos e deveres fica evidente nos gráficos (1-5), que expõem resultados da pesquisa realizada em campo com a temática consciência ambiental. O objetivo central da pesquisa era entender o nível de conscientização dos estudantes do ensino fundamental, de uma escola pública do distrito de Lages dos Negros.

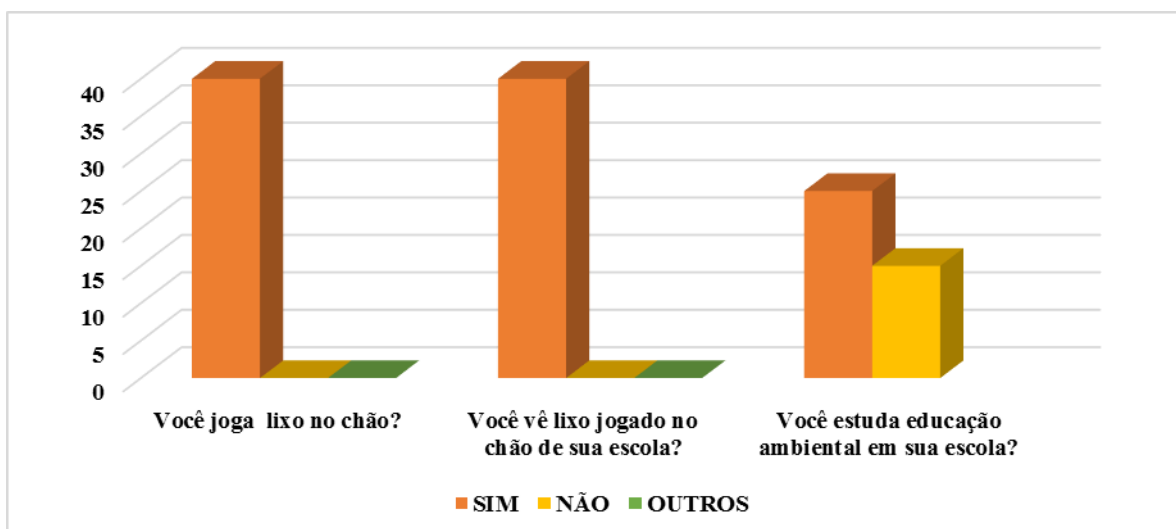
Tal pesquisa revelou que não somente as crianças estão alheias às suas responsabilidades com o meio ambiente, mas os adultos, em processo de formação na educação superior, em sua maioria professores e/ou tutores nas escolas da educação básica do distrito citado, também não veem a natureza como um bem a ser preservado. Verifica-se a veracidade desta informação quando é avaliado o gráfico 1, no qual é exposto as opiniões desse grupo com relação à temática educação ambiental numa concepção de sustentabilidade ambiental.

Gráfico 1. Questionário aplicado em turmas do 6º período de uma turma do curso superior em Pedagogia, em uma unidade de ensino superior de Lages dos Negros, Campo Formoso.



Esses dados são alarmantes, uma vez que esse grupo de profissionais, que estão em processo de formação, serão os professores alfabetizadores do futuro, das próximas turmas de ensino infantil. Tal comportamento será perpetuado e ensinado às crianças. Tal conclusão é sustentada pela pesquisa feita em turmas do 6º ano de uma escola pública do distrito estudado, considerando que esses estudantes são os educandos que tiveram a formação no ensino fundamental I concluída no último ano.

Gráfico 2. Questionário aplicado em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Lages do Negros, Campo Formoso.



De acordo com os PCN para a Educação Ambiental, o ensino da educação ambiental, normalmente é de responsabilidade dos professores que lecionam as disciplinas que tratam do meio

ambiente, tais como a geografia e a biologia, e é iniciado no ensino fundamental II; e, na disciplina de ciências, para ensino fundamental I. Como não há formação específica para essa área, no ensino superior (em nível de graduação), a formação mais especializada fica a cargo de profissionais com especialização em Educação Ambiental.

Neste contexto, Carvalho (2004) afirma que a educação ambiental deve promover a sensibilização, e, sobretudo, a mobilização para a questão ambiental, pois devido à gravidade dos problemas que vitimam o meio ambiente, não é suficiente apenas ter conhecimento das catástrofes ambientais, é necessário e urgente a aplicação de projetos no sentido de minimizar tais eventos. A formação crítica do jovem é um caminho curto à formação da sociedade de um modo geral.

De acordo com os resultados dessa pesquisa, percebe-se que parte dos estudantes do ensino superior tem pouco embasamento quanto às consequências das ações relacionadas a má gestão de recursos naturais, exemplificada na gestão dos resíduos sólidos produzidos pela comunidade. Tal argumento é embasado nos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo realizado com uma turma de estudantes do ensino superior, que estão se formando para lecionar nas turmas iniciais da educação infantil, expostos no Gráfico 1.

Quando é observado o comportamento do docente, o profissional formador de opiniões e mediador na construção de conhecimento, compreende-se que os resultados obtidos com os estudantes, refletidos nas respostas dadas a simples pergunta “você joga lixo no chão”, complementada pela pergunta sobre o conceito de ambiente e educação ambiental.

Tal realidade evidencia um possível ciclo vicioso que parece não ter fim: os alunos têm (in)formação precária a respeito da temática da EA, terminam a educação básica e levam consigo todo o conhecimento (correto ou não) para sua formação no ensino superior. Caso não tenha formação adequada, retorna à sala de aula, agora como docente, para repassar as práticas antigas que recebeu. Tal realidade se contrapõe aos objetivos dos PCN para temas transversais, que definem como um dos seus objetivos, o desenvolvimento de uma mente crítica capaz de:

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1998, p. 7).

Diante de resultados como os obtidos nessa pesquisa, pode-se gerar dúvidas quanto o conhecimento desses professores sobre as leis, decretos e/ou outros documentos importantes, tais como os PCNs, que regulamentam e caracterizam a Educação Básica. Diante das respostas para as questões 01 a 03, é possível inferir que está sendo aplicado métodos equivocados para a aplicação dos ensinamentos da EA para todas as turmas. Observando o gráfico, percebe-se que a maioria dos

alunos respondeu que jogam lixo no chão; essa mesma maioria afirma ter a disciplina de EA na escola, deixando evidente a ausência de tal temática entre as atividades da escola. Diante desse cenário, fica a pergunta: que tipo de formação para a sustentabilidade ambiental esses docentes estão ofertando para os estudantes?

As preocupações com alterações dos climas globais têm movido pesquisadores e teóricos para um esclarecimento à população quanto ao seu papel em um projeto de sociedade ambientalmente sustentável. A base para uma sociedade saudável está nas fases iniciais de formação, uma vez que esta será a geração futura. Embora haja a necessidade de estabelecer práticas sustentáveis para toda a sociedade, o investimento da educação de qualidade é uma opção a longo prazo, mas eficaz.

De um modo geral, as respostas dos estudantes foram parecidas nas turmas da mesma série e entre séries. Tais resultados possibilitam inferir que há uma má organização da exposição da temática nas turmas da educação básica das escolas de Lages. Tal situação pode ser resultado de formação dos professores, que não estão habilitados para lecionarem a disciplina EA, ou o currículo da escola não contemplar efetivamente tal temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação ambiental tornou-se importante a partir do momento em que as respostas naturais passaram a incomodar em demasia o homem e seus projetos de crescimento econômico. Percebe-se que, a partir do momento que o excesso de uso de matéria-prima, a utilização desenfreada dos recursos naturais começou a obrigar a natureza a reagir, a preocupação com a fragilidade do meio ambiente e, a partir daí termos e expressões para caracterizar as políticas voltadas à preservação da natureza viraram moda, tais como sustentabilidade ambiental, consciência ambiental, entre outros.

Assim como no restante do mundo, na Comunidade Quilombola de Lages dos Negros, os termos utilizados para caracterizar os cuidados necessários com o uso excessivo dos bens naturais viraram moda e é bonito falar, para se mostrar consciente. No entanto, percebe-se, ainda, pouco conhecimento sobre as práticas adequadas e há pouco interesse em mudar comportamentos relacionados ao uso excessivo dos recursos naturais.

Tal realidade precisa ser revista e mudada imediatamente, e isso só será possível com uma educação voltada para a consciência ambiental, direcionada por profissionais conscientes de suas responsabilidades e comprometimento com o bem de todos.

A Educação Ambiental é uma temática de extrema importância e deve ter uma valorização ímpar nos currículos escolares, haja vista que suas implicações para a construção de uma sociedade organizada e conscientes de seus deveres são fundamentais. Para tanto, é necessário que haja investimentos na educação continuada dos professores que lecionam os temas relacionados à EA, tal como a reformulação da proposta de tal disciplina nos currículos dos cursos superiores.

Espera-se que este trabalho sirva como contribuição, ou, ao menos, como um alerta aos profissionais da educação que lecionam essa temática nas escolas estudadas. Para isso, há a pretensão de socializar os resultados com toda a comunidade e, juntos, tentar pequenas mudanças de comportamentos em prol da saúde da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96, de 20 de novembro de 1996
_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CORRÊA, C.B.; LUNARDI, V.L.; JACOBI, P.R. Educação ambiental na construção de políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos em uma instituição de ensino superior. **RevBea**, Rio Grande, 7; 9-15, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DILL, Michele Amaral. **Educação Ambiental Crítica a formação da consciência ecológica**. Porto Alegre: Nuria Fabris Editora, 2008.

LISBOA, A.D.; LISBÔA, F.M.; KNOECHELMANN, C.M.; OLIVEIRA, R.F. Percepção de alunos do ensino fundamental da escola Francisco de Souza Ramos, quanto à percepção e economia de água. **Agroecossistemas**, 3; 73-77, 2011.

OLIVEIRA, R.F.M.; PAES, L.S. A concepção dos alunos do ensino fundamental quanto ao ensino de botânica associado à prática de educação ambiental. **Revista IGAPÓ**, sn, (1), 56-59, 2008.